



Vitor
Calvo

Assembleia Municipal de Ribeira Brava

ATA N.º 17/2020

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Realizada no dia 28 de Setembro de dois mil e vinte

-----Aos vinte e oito dias do mês de setembro de dois mil e vinte, reuniu-se a Assembleia Municipal de Ribeira Brava, na Casa do Povo da Tabua, sob a presidência de Rita Maria dos Ramos de Abreu, estando presente como secretário José Carlos de Abreu Gonçalves.

-----Estiveram também presentes os seguintes Deputados municipais; pelo RB1: Bruno Mino Garcês Mendes Correia, Hélder Manuel Gouveia Gomes, Jordão José Andrade de Abreu, Marco António Abreu Junqueira, Telmo Ricardo da Conceição Marques de Freitas, Rúben André Freitas Nunes, Zélia Maria Pereira da Encarnação, Teresa de Jesus Pestana Pestana Marcos e Celestino Gomes Sebastião; pelo PSD: Cristina Maria de Sá Godinho Basílio, Teresa Maria da Côrte Gonçalves Nunes, João David Jardim de Sousa, José Jorge Fernandes de Ornelas, Luísa Maria Sousa Gonçalves Ponte, André Geraldo da Côrte, Carlos dos Ramos Andrade e Cátia Pereira Pita; pelo PS: Fábio Nelson Faria dos Santos; pelo JPP: Marco Nuno da Luz das Almas.-----

-----Como representantes das Juntas de Freguesia estiveram presentes: Marco Nuno Correia Martins (PJFRB), João Batista Pereira Silva (PJFC), Francisco Paulo Pestana (PJFSA) e Vítor Francisco Gomes de Abreu (PJFT).-----

-----Estiveram ainda presentes o Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Brava, Ricardo António Nascimento, o Vice-Presidente Rafael João Figueira Sousa, a Vereadora Sandra José Abreu Vilanova, os Vereadores Paulo Santos Andrade, Manuel Inácio da Corte e Horácio dos Ramos Ferreira.-----

-----A Sra. Presidente da Assembleia informou que as Deputadas; Maria Natália Gonçalves da Silva e Orlanda de Jesus Silva, não estando presentes, fizeram-se representar por Teresa de Jesus Pestana Pestana Marcos, e por Celestino Gomes Sebastião, respetivamente.-----

-----Pelas dez horas e trinta e dois minutos, verificada a existência de quórum, a Sra. Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão.-----

-----A Sra. Presidente da Assembleia informou que a sessão irá começar com uma projeção composta pelo hino nacional e uma comunicação do Exmo. Sr. Presidente da



VRS
CMM

Assembleia Municipal de Ribeira Brava

República, Marcelo Rebelo de Sousa, gravada para o 2º Congresso da – Associação Nacional de Assembleias Municipais (ANAM), que aconteceu em Braga, no Altice Forum, Av. Dr. Francisco Pires Gonçalves, 4715-558, no dia 19 de Setembro do corrente ano, no qual a Exma. presidente da Assembleia esteve presente, em representação do Município da Ribeira Brava e enquanto membro da ANAM.-----

----A Deputada Luísa Ponte (PSD) referiu que na ata anterior, na resposta do Senhor Presidente à sua intervenção, faltava mencionar a resposta sobre o primeiro piso do mercado Municipal.-----

----A Sra. Presidente da Assembleia informou que será colocada a informação solicitada na respetiva ata. Informou ainda que João Batista Pereira da Silva (PJFC); Marco Nuno Correia Martins (PJFRB) e os deputados Teresa de Jesus Pestana Pestana Marcos e Celestino Gomes Sebastião, não podem votar na ata n.º 15, o Marco Nuno Correia Martins (PJFRB) e o deputado Celestino Gomes Sebastião não podem votar na ata n.º 16. Por não estarem presentes nas respetivas sessões.-----

----Dando cumprimento ao artigo 18º do Regimento, procedeu-se à discussão da ata n.º 15, correspondente à Sessão Ordinária de vinte e seis de junho de dois mil e vinte e da ata n.º 16, correspondente à Sessão Extraordinária de vinte e quatro de julho de dois mil e vinte. -----

Deliberação (Ata n.º 15): Aprovada por Unanimidade (21 votos) -----

Deliberação (Ata n.º 16): Aprovada por Unanimidade (23 votos) -----

----A Deputada Luísa Ponte (PSD) questionou se os estacionamento na zona da marginal já foram delineados, pois há falta de estacionamento para descargas de mercadorias e para pessoas com deficiência motora, fazendo falta na zona baixa da vila. Questionou sobre a recuperação dos miradouros na Tabua. Elogiou a marginal e referiu a necessidade de sinalética, alertando para os pescadores amadores, que estão criando alguns constrangimentos entre os que por ali circulam. Solicitou também, informações sobre a cobertura das paragens de autocarro na Tabua. -----

----O Sr. Presidente tomou a palavra, informou que os estacionamento estão delineados e que em princípio não haverão alterações. No regulamento camarário está previsto que, quem possui dístico de portador de deficiência, poderá estacionar em qualquer linha azul a custo zero, sendo o mesmo aplicável às viaturas cem por cento elétricas. Os



MUDS
Câmara

Assembleia Municipal de Ribeira Brava

estacionamentos para mercadorias, existe um atrás do restaurante Borda de Água e foi colocado um outro ao pé do restaurante Muralhas. Sobre os miradouros, o Sr. Presidente informou que está previsto um na zona do Lugar da Serra, e o da Tabua será executado em breve. Sobre a questão dos pescadores, o Sr. Presidente aludiu à educação dos munícipes e que neste momento a marginal atrai muitos visitantes, o que será melhor aguardar e depois verificar como decorre a situação.-----

-----Sobre as paragens de autocarro, o Sr. Presidente referiu estar a concluir um procedimento para aquisição de mais paragens. Referiu também que a questão desses abrigos é por vezes um problema, pela inexistência de espaço. -----

-----O Deputado Marco Almas (JPP) questionou quantas empresas aderiram ao cartão jovem e quantas é que foram contactadas até ao momento. Questionou também sobre a situação do empréstimo para a realização das obras e sobre a gare dos autocarros se está previsto algum melhoramento das condições para os passageiros, alguma guarda ou algo do género. O Deputado abordou ainda a questão das coberturas para os polidesportivos nas escolas primárias, perguntando se a Câmara tem previsto algum projeto para essa cobertura. Sobre a semana do desporto, questionou se foram convidadas todas as instituições ligadas ao desporto, pois no cartaz só apareceram três. Mencionou também que a iluminação no campo de futebol está muito melhor, questionando se existe algum parecer com a Direção Regional de Saúde, proibindo os treinos ou atividades físicas no campo de futebol. -----

-----O Sr. Presidente referiu que o regulamento foi publicado há pouco tempo, realçando que está a demorar muito a sua publicação no Diário da República, começou recentemente o processo de contacto com as empresas. Relativamente ao empréstimo informou estar a aguardar o visto do Tribunal de Contas, realçando que também houve uma demora no envio do visto para o Tribunal. No que diz respeito aos autocarros, a estação intermodal vêm de encontro com o plano de mobilidade, aprovado no Município em 2016. Referiu também estar previsto a colocação de um abrigo para passageiros, o que ainda não foi possível apenas devido à inexistência do *stock* na Madeira. No que concerne às escolas primárias, o Presidente referiu ter conhecimento que a secretaria encontra-se com algumas necessidades a nível de equipamentos, e que estão incorporadas algumas coberturas, as mais urgentes, realçando o espaço de São João. O Presidente deu alguns



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

exemplos de coberturas anteriormente colocadas, referiu estar a fazer um processo para colocar uma cobertura à entrada do centro de saúde de Campanário, muito requisitada nesta altura atípica. Relativamente às escolas, indicou que já foi feito o levantamento, tendo sido enviado para a Secretaria e reforçou que a competência da Câmara nesse assunto é de manutenção apenas. -----

-----O Vice-Presidente Rafael Sousa, relativamente a semana do desporto, referiu que o convite não foi endereçado as associações de São João, a de Campanário e a da Serra de Água. Referiu não ter a ver com o desporto de contacto mas sim com atividades lúdicas e recreativas. Acrescentou que estas associações disponibilizaram-se para fazer, durante a semana do desporto, uma série de atividades a nível gratuito. Relativamente ao campo de futebol, referiu que esta Câmara foi das primeiras a fazer o seu plano de confinamento, para utilização do estádio, aprovado pelo IASAÚDE, IP-RAM. O Vice-Presidente referiu que o Ribeira Brava e os veteranos de São Paulo estão a treinar e explicou as medidas de proteção tomadas e que ainda não é permitida a utilização dos balneários, tendo sido estas umas medidas de adaptação à situação e aceites por estes dois grupos.-----

-----O deputado Marco Almas (JPP) interveio, afirmando ter entendido que por parte da Associação de Futebol, está proibida a competição oficial e questionou se os treinos também estão proibidos e se qualquer equipa pode treinar, respeitando todas as regras.---

-----O Vice-Presidente, referiu que as condições de utilização são fornecidas aos veteranos do clube. Existem três entradas, uma para visitantes, duas para os treinadores.-

-----O PJFT, Vítor Abreu agradeceu à Sra. Presidente da Assembleia a proximidade com a população em todas as freguesias, na realização de sessões descentralizadas. Agradeceu ao GR o contrato programa que fez com a CMRB, em relação à obra da marginal Ribeira Brava - Tabua, a qual referiu ter sido uma obra excelente e com todas as condições. Louvou também no cemitério da Tabua, o melhoramento e o relvado, considerando que possui todas as condições para sepultar os nossos entes queridos. Questionou quais as obras previstas para a freguesia, o ponto de situação do ginásio ao ar livre e do Largo do Massapez. Sobre a obra da canalização da ribeira da Tabua informou ter conhecimento, após o encontro com o Sr. Secretário, o projeto foi concluído e foi para o Tribunal de Contas. Referiu que, em princípio para finais de Outubro, após o despacho do Tribunal



Handwritten signature or initials.

Assembleia Municipal de Ribeira Brava

de Contas, dão início a essa obra, solicitando ao Presidente da Câmara que se pronunciasse sobre o assunto. -----

-----O Sr. Presidente informou que a canalização da Ribeira da Tabua, é uma obra do GR. Sendo uma obra ansiada pela segurança da Tabua. Relativamente ao ginásio ao ar livre, informou que estão a aguardar os equipamentos. Sobre as obras a realizar na Tabua informou sobre o alargamento de uma vereda no Pico Ferreiro e a recuperação no fim da estrada do Massapez, que estão em contratação pública para depois irá para o terreno.---

-----O Presidente da Câmara sobre os cemitérios, elogiou o trabalho efetuado pela equipa camarária no que concerne a recuperação, informou que a intenção será avançar para a recuperação de outros. Realçou também os elogios feitos à Marginal da Tabua, referindo estar muito bem conseguida sendo uma mais-valia para o concelho.-----

-----O Deputado Fábio Santos (PS) questionou sobre o jardim recuperado, em cima da rocha, no Campanário. Referiu estar inacabado, pois taparam a transversal que fazia a ligação do sistema de rega. Questionou se vai permanecer assim, ou se é para acabar noutra altura. Chama a atenção aos contentores de apoio à aquacultura, que no seu ver, é um cartaz negativo a nível turístico. Sobre o cais da Ribeira Brava, referiu ser uma obra excelente, apontou que a obra tem uma entrada em calçada magnífica, mas que o portão não se adequa à obra, nem as paredes em betão, considerando ser necessário avaliar essa questão. Sugere a colocação de portões hidráulicos para a entrada das pessoas autorizadas, e melhorar o acesso ao público. Sobre a obra da marginal, o deputado reforçou que além dos agradecimentos feitos, deverá ser feito também um agradecimento à República, pois a obra foi feita com a Lei de Meios.-----

-----O Sr. Presidente informou que nos jardins do Campanário já foi recuperado parte e no miradouro dispõe um novo projeto de recuperação, a aguardar o término da obra em curso. Em relação ao cais, informou que é da tutela dos Portos da Madeira e que a calçada foi uma reivindicação da Autarquia, ao ter contacto com o projeto. Foi analisado a recuperação da rampa varadoura e que a mesma não irá permitir a entrada de barcos nesta fase, ficando agendado para uma segunda. Sobre o portão de entrada, também foi mencionado que a barreira não devia ser assim. Realçou que alguns pedidos do Município foram atendidos e outros não. Sobre os contentores, reforçou que se trata de um local tutelado pela APRAM, não tendo o Município qualquer jurisdição.-----



Handwritten signature

Assembleia Municipal de Ribeira Brava

-----O PJFT Vítor Abreu, dirigindo-se ao deputado Fábio Santos e disse que tinha de agradecer às entidades locais.-----

-----O deputado Fábio Santos (PS) realçou que as obras foram feitas com a Lei de Meios.

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

Ponto 1 – Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara e da Situação Financeira, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25.º da lei 75/2013, de 12 de setembro;-----

-----O Sr. Presidente da Câmara tomou a palavra, mencionando os aspetos relacionados com a área da educação, recuperação e pequenas obras em várias escolas; manutenção e aumento de alguns apoios dados às famílias; aumento em quarenta euros no apoio aos alunos do secundário; fornecimento de desinfetantes para as escolas do primeiro ciclo, dentro da medida do possível; entrega de manuais ao primeiro ciclo; entrega dos manuais digitais, para o 5º e 6º ano, dinamizado pela SRE, a nível do 7º ano, houve uma parceria com a SRE e a Câmara com manuais digitais. Homenagem a Professora Leonete Reis, na escola da Igreja do Campanário, esta homenagem consistiu na denominação de Escola BI/PE Prof. Maria Leonete dos Reis, onde exerceu a sua profissão durante dezanove anos.

-----O Sr. Presidente realçou o dinamismo do comércio, criando dinamismo para que as pequenas empresas consigam manter os postos de trabalho; os “Sunsets à Brava” foram um sucesso; o rali dinamizou o concelho; a bandeira azul durante o verão fez com que os parques de estacionamento estivessem ocupados. Relativamente à construção civil, a Ribeira Brava, está numa boa dinâmica, em agosto, foram licenciados treze projetos para habitação. Sobre este tema, mencionou a conclusão da Marginal da Tabua; a finalização do Espaço do Artesão no Campanário; o bom ritmo da recuperação da Vereda do Calhau da Lapa, da ligação à Escola do Lugar da Serra e do arruamento que vai ter ao cemitério de Campanário. O presidente referiu também a pavimentação de uma parte da Estrada da Banda de Além, desde o cruzamento até à Capela da Apresentação, e de alguns arruamentos transversais. Início do alargamento de uma vereda no Lombo Furado, para dar acesso a carro as habitações; renovação da Rua Comendador de forma a proporcionar maior número de estacionamentos. Enalteceu que a obra do Espaço do Artesão e do Calhau da Lapa, sendo obras cofinanciadas no âmbito de projetos da ADRAMA, sendo que todas as restantes são financiamento 100% camarário. Referiu a recuperação do



Handwritten signature or initials.

Assembleia Municipal de Ribeira Brava

cemitério da Tabua, e a intervenção na Estrada da Ameixeira na Serra de Água. Na área social referiu continuar com os apoios que têm sido realizados. Na saúde realçou a campanha Veterinária, informando que quase duplicaram as inscrições relativamente ao ano transato, destacou que com a questão do covid-19, tudo é uma incógnita, estamos a seguir as normas e orientações da Autoridade Regional de Saúde e da Direção Geral de Saúde. Sobre o Natal, estão a averiguar o que poderá ser efetuado, sendo que está a ser lançado o processo para a contratação pública de luzes.-----

-----O PJFT Vítor Abreu questionou sobre a obra feita na Estrada do Massapez, em que foi feito um rasgo no meio da estrada, para um poço particular. Fazendo dois meses que a situação já foi reportada à Câmara. Informou ainda que um cidadão partiu um espelho sinalético na Candelária com um camião, o fiscal foi ao local, tirou a identificação do senhor. Informou também outro espelho na Estrada para a Ribeira da Tabua, existindo falta de visibilidade no cruzamento. Informou a aprovação em Assembleia de Freguesia da isenção da taxa dos canídeos para a freguesia da Tabua.-----

-----O Vereador Paulo Andrade informa que essa situação do rasgo na estrada já foi identificada e resolvida. Relativamente aos espelhos, a fiscalização foi ao local, para identificação do responsável pela situação, seguindo-se aos procedimentos.-----

-----O Sr. Presidente referiu que as situações serão avaliadas, reforçando que os espelhos são das sinaléticas mais caras, sendo repostos na medida do possível.-----

-----O Deputado Fábio Santos (PS) alertou também que no Campanário, em cima da rocha, no cruzamento para igreja, a necessidade de um espelho para melhorar a visibilidade aos condutores. -----

Ponto 2 - Discussão e votação da Taxa Municipal pelos Direitos de Passagem para o ano de 2021, ao abrigo das alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

-----O Sr. Presidente informou que em reunião de câmara foi proposto que a Taxa Municipal pelos Direitos de Passagem fosse igual a do ano anterior, no valor de 0.25.-----

-----O Deputado Marco Almas (JPP) questionou se é essa a taxa que o Estado não devolve.-----

-----O Sr. Presidente respondeu que não, explicando a alteração. Em 2018 da Lei das Finanças Locais, e as diferenças entre a forma de transferência a nível nacional e para as



MP
CML

Assembleia Municipal de Ribeira Brava

Regiões Autónomas, devido ao estatuto político administrativo e à autonomia financeira destas últimas.-----

Deliberação: Colocado à votação, foi aprovado por unanimidade-----

Ponto 3 - Discussão e votação da fixação da taxa de IMI para o ano de 2020, ao abrigo das alíneas c) e d) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, 12 de setembro.-----

-----O Sr. Presidente referiu que a proposta relativamente a este ano será para pagar no próximo, e que à semelhança dos anos anteriores, será manter a taxa mínima. Esclareceu que neste ano há uma pequena alteração, nos prédios normais será aplicada a taxa mínima, e nos prédios que estão localizados dentro das ARU'S da Ribeira Brava; no Campanário; Tabua e Serra de Água, que se encontrem devolutos ou degradados a taxa passará para o triplo. Informou que desde há quatro anos estão definidas as ARU'S para dar condições especiais aos interessados em reabilitar, o que em algumas situações não houveram alterações, pelo que será necessário agravar e pressionar, pois existem espaços degradados que poderão dar problemas num futuro próximo.-----

-----O Deputado Marco Almas (JPP) questionou se foi feita alguma exposição/pedido às Finanças sobre o coeficiente de localização. E se a Câmara alguma vez pediu revisão.---

-----O Sr. Presidente afirmou que em 2017/2018 houveram propostas de revisão e sugestões para uniformizar alguns coeficientes, algumas foram alteradas outras não.-----

Deliberação: Colocado à votação, foi aprovado por unanimidade-----

----- Em declaração de voto, o deputado Hélder Gomes (RB1) referiu que o movimento Independente RB1 votou favoravelmente “pelo aprovar desta medida que mantém a taxa mínima de IMI, sendo um reconhecimento às pessoas que trabalharam, que se esforçaram, pouparam e conseguiram ter a sua habitação própria, colaborando assim para a redução das despesas familiares, sendo esta mais uma medida de apoio às famílias, deixando assim mais rendimento disponível para o orçamento familiar.”-----

Ponto 4 - Discussão e votação da fixação da taxa de IMI Familiar para o ano de 2020, ao abrigo das alíneas c) e d) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, 12 de setembro.-----

-----O Sr. Presidente informou que à semelhança dos anos anteriores, e desde que a lei permitiu a aplicação do IMI Familiar, a redução mantém-se em vinte euros para famílias com um dependente, quarenta euros para dois dependentes e setenta euros, para três ou mais dependentes.-----



Handwritten signature or initials in the top right corner.

Assembleia Municipal de Ribeira Brava

Deliberação: Colocado à votação, foi aprovado por unanimidade-----

----- Em declaração de voto, o deputado Hélder Gomes (RB1) referiu que o movimento Independente RB1 votou favoravelmente “registra e congratula-se pelo aprovar desta medida de apoio as famílias com grande impacto nas famílias numerosas colaborando para a redução das despesas familiares, sendo esta mais uma medida de apoio às famílias, deixando assim mais rendimento disponível para o orçamento familiar.”-----

Ponto 5 - Discussão e votação da fixação da taxa de Participação no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) para o ano de 2021, ao abrigo das alíneas b), c) e d) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, 12 de setembro.-----

-----O Sr. Presidente informou que foi esta a taxa que deu alguns problemas e que, os municípios ainda têm algumas verbas por receber. Referiu que o Município poderá decidir o que fazer com os cinco por cento da taxa dos contribuintes, este valor será revertido para a Autarquia. O Sr. Presidente enalteceu que cinco por cento, pode ser um valor irrisório, no entanto contemplando na totalidade são cerca de duzentos mil euros a aplicar na área social e de investimento.-----

-----O Deputado Marco Almas (JPP) questionou se a autarquia já recebeu algum desses valores, ou se ainda estão a aguardar. Questionou ainda se os valores são do Estado, da República ou da autarquia. -----

-----O Sr. Presidente referiu que o município tem recebido. Porém, existe uma parte por receber relativamente ao primeiro ano que foi atribuído os cinco por cento ao município. Esclareceu que o Estado cortou esta verba ao Governo Regional e mandou diretamente para as Câmaras.-----

-----O Deputado Marco Almas (JPP) refere que então o que falta é da parte do GR.-----

-----O Sr. Presidente informou que relativamente a isso está a decorrer uma ação em tribunal. -----

Deliberação: Colocado à votação, foi aprovado por unanimidade-----

Ponto 6 - Discussão e votação da autorização prévia para aquisição do imóvel denominado “Edifício Público da Ribeira Brava”, ao abrigo do disposto na alínea i), do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, 12 de setembro.-----

-----O Sr. Presidente referiu que se trata do edifício, onde estão implementados grande parte dos serviços da autarquia, e que chegaram a um acordo para a aquisição do imóvel,



UP
QNP

Assembleia Municipal de Ribeira Brava

no valor de um milhão e meio de euros. Esclareceu que para finalizar o contrato será necessário solicitar um empréstimo, mas se traduzirá numa poupança mensal, de cerca de dez mil euros, relativamente à renda existente. Reforçou que o imóvel passará a ser propriedade do município, acabando com o arrendamento. -----

-----O Deputado Marco Almas (JPP) questionou quantos anos faltam, para acabar o contrato de arrendamento e se no fim do arrendamento, o imóvel passa a ser propriedade da autarquia.-----

-----O Sr. Presidente informou que faltam cerca de treze / catorze anos e após cessar o contrato, o imóvel é propriedade da Sociedade de Desenvolvimento da Ponta do Oeste.--

Deliberação: Colocado à votação, foi aprovado por unanimidade-----

Ponto 7 - Discussão e votação da autorização para a contratualização de um empréstimo que permita a aquisição do "Edifício Público da Ribeira Brava" a financiar por empréstimo bancário de médio longo prazo, até o montante de 1.500.000,00 €, cujo prazo do contrato será de 180 meses, nos termos do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, 12 de setembro. -----

-----O Sr. Presidente relacionou o ponto sete, com o anterior, referindo a autorização para o empréstimo e que em ambas as situações será necessário o visto do Tribunal de Contas. Alertou ser um empréstimo de um milhão e meio de euros, para ser pago em quinze anos, e que não haverão meses de carência. Informou ainda que foram convidados seis bancos, tendo um não concorrido. Alertou haver um empate, no que diz respeito à taxa de *spread* de 0.85 por duas entidades, a Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo (CCAM) e a Caixa Geral de Depósitos (CGD). A entidade sorteada foi a CCAM. Numa situação normal, o referido empréstimo necessitaria de ser apresentado à Vice-presidência do Governo Regional – Tutela das Finanças, pois ultrapassa a margem dos vinte por cento da capacidade de endividamento estabelecida, remetendo para a Lei das Finanças Locais.---

-----O Deputado Marco Almas (JPP) questionou se haveria a possibilidade de o Tribunal de Contas não aprovar a proposta.-----

-----O Sr. Presidente afirmou que caso não seja aprovado, não se pode adquirir o imóvel. Se isso acontecer, terá de apresentar os motivos, pelo que a autarquia tentará recorrer e retificar. Reforçou que a nível financeiro a autarquia tem margem, tratando-se de uma poupança evidente. -----



MURZ
Cantos

Assembleia Municipal de Ribeira Brava

Deliberação: Colocado à votação, foi aprovado por unanimidade-----

-----Em declaração de voto, o deputado Hélder Gomes (RB1) referiu que o movimento Independente RB1 preparou, apresentou e votou favoravelmente “a contratação de um empréstimo de até 1,5 milhões de euros destinados a aquisição do imóvel denominado “Edifício Público da Ribeira Brava” onde estão instalados os serviços do Município da Ribeira Brava. Empréstimo que permitirá a autarquia efetuar uma poupança financeira total superior estimada em 1,4 milhões de euros, substituído uma pesada renda mensal que ronda os 17 mil euros por uma prestação mensal que se inicia em cerca de 9 mil euros, posteriormente diminuirá para os 8 mil euros, permitindo assim uma poupança mensal imediata de entre os 8 e os 9 mil euros e ainda o edifício passará a ser património da autarquia, situação que nunca aconteceria caso continua-se a pagar as elevadas rendas. Graças ao rigor financeiro a autarquia poderá agora por termo a esta situação deixando de futuro mais rendimento disponível para investir no concelho e nas pessoas.”-----

Ponto 8 - Discussão e votação do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os Riscos de Corrupção e Infrações Conexas - 2019 conforme o disposto na alínea a), do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, 12 de setembro. -----

-----O Sr. Presidente referiu ser um Plano de Prevenção para enviar ao Tribunal de Contas. Sendo solicitada uma auditoria a uma entidade externa, não relacionada com as contas e contratações deste município.-----

Deliberação: Colocado à votação, foi aprovado por unanimidade-----

Ponto 9 - Discussão e votação da primeira alteração ao Regulamento de Apoio à Formação Académica Superior em conformidade com a alínea g), do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, 12 de setembro. -----

----- O Sr. Presidente passou a palavra ao Vice-presidente Rafael Sousa, referindo ser uma alteração no sentido de clarificar algumas situações e para ajudar os estudantes. Alertou que só seriam aceites candidaturas de quem residisse no concelho pelo menos a cinco anos. Agora com a alteração, passa a ser a mais de dois anos, havendo ainda outras exceções. Referiu também haver uma série de artigos que vem clarificar certas situações um pouco ambíguas. -----

-----O Deputado Marco Almas (JPP) informou que foi abordado por um munícipe, referindo ter acesso as informações, que à partida deveriam ser restritas. Nesse sentido, o



Vitor
Cous

Assembleia Municipal de Ribeira Brava

Deputado alertou para o nível de segurança do *site* municipal para que se verificasse, evitando fugas de informação.-----

-----O Vice-Presidente indicou que para os alunos terem acesso à plataforma, é necessário uma senha, a qual cada um recebe a sua. No entanto informa que será feita uma averiguação à essa situação. Reforçou que a proteção de dados é muito importante. -----

-----O PJFT Vítor Abreu questionou o valor da bolsa de apoio, aos alunos do ensino superior, independentemente do agregado familiar.-----

-----O Vice-Presidente respondeu que o valor da bolsa de apoio são de quinhentos euros. Fazendo referência ao regulamento e indicando que por mais um em família, haverá uma majoração de vinte por cento.-----

-----O Sr. Presidente acrescentou que essa majoração só será possível, estando mais do que um elemento da família a estudar no ensino superior.-----

Deliberação: Colocado à votação, foi aprovado por unanimidade. -----

Ponto 10 - Discussão e votação do projeto de Regulamento Municipal dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais e Prestação de Serviços do Município da Ribeira Brava em conformidade com a alínea g), do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, 12 de setembro. -----

-----O Sr. Presidente deu a palavra a Vereadora Sandra Vilanova, informando que o Decreto-Lei 10/2015, do Licenciamento zero, veio estabelecer que os estabelecimentos comerciais tem horário de funcionamento livre, desde que cumpram com a lei do ruído. Informou que no passado tiveram problemas com alguns estabelecimentos comerciais, relativamente ao ruído, tendo havido necessidade de alteração do regulamento, por forma a limitar os horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais. -----

Deliberação: Colocado à votação, foi aprovado por unanimidade. -----

Ponto 11 - Discussão e votação do pedido apresentado pela AMRAM sobre a elaboração de Cartografia Digital, em modo vetorial, com um nível de detalhe ND2, e submeter à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos e para os efeitos da alínea K) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, 12 de setembro. -----

-----O Sr. Presidente informou a alteração da lei a nível nacional, atribuindo competências aos municípios. No caso da RAM, a homologação à Direção Regional do Ordenamento do Território (DROTA). Explicou que a alteração / revisão do Plano Diretor Municipal



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

(PDM), num diploma legal, só será possível se as cartografias estejam atualizadas. O Sr. Presidente explicou que a cartografia digital existe na Direção de Serviços de Informação Geográfica e Cadastro, no Funchal e que neste momento, encontram-se desatualizadas. Houve uma reunião com a DROTA no sentido de criar uma parceria com a AMRAM. A DROTA forneceria os ortofotomapas e a AMRAM assumiria a cartografia digital em modo vetorial para todos os concelhos da RAM. Em contrapartida, cada município assegurar-se-ia em fazer as revisões aos PDM's. O Sr. Presidente alertou que se não for aprovado o PDM, e se não houver alteração na lei, não será aprovado qualquer projeto urbanístico. Esta solução será mais económica para cada município da RAM, poupando cerca de cento e trinta mil euros. No caso da Ribeira Brava rondaria os trinta / quarenta mil euros. O Sr. Presidente acrescentou que a cartografia com nível de detalhe ND2, só é para a alteração de revisão dos vários PDM's. -----

Deliberação: Colocado à votação, foi aprovado por unanimidade. -----

-----E nada mais havendo a tratar, a senhora Presidente da Assembleia Municipal, declarou encerrada a sessão pelas doze horas e quarenta e seis minutos, da qual para constar, se lavrou a presente ata, que eu, José Carlos de Abreu Gonçalves, secretário da mesa, redigi, escrevi e vou assinar conjuntamente com a referida Presidente, nos termos do n.º 2 do art.º57, da lei 75/2013, de 12 de setembro.-----

Ribeira Brava, 28 de Setembro de 2020.

A Presidente da Assembleia,



O Secretário,

